

A ABORDAGEM PARTICIPATIVA NA GESTÃO ESCOLAR: UM OLHAR PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

Página | 57

Eliane Moura Feitosa

Professora na Prefeitura Municipal de São Paulo

moura.li@yahoo.com.br

Gisele Nepomuceno Ferreira

Universidade de Taubaté - UNITAU

gisele.nepomuceno@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a importância da participação familiar no processo de tomada de decisões administrativas e pedagógicas no contexto educacional. Também analisa quais ações estimulam essa participação, a fim de se construir uma proposta democrática de gestão. A pesquisa foi baseada na revisão bibliográfica, do tipo integrativa, apresentando de forma sistêmica os resultados sobre o tema. Diante das reflexões apresentadas, constata-se que o envolvimento popular em questões decisórias está relacionado ao menor ou maior acesso à educação escolar e a outros bens culturais; a mobilização da família no ambiente escolar é um fator essencial para o exercício da cidadania. Como estratégia para o fortalecimento da integração social no ambiente escolar se faz necessária a participação dos pais na elaboração de um plano político-pedagógico coerente com uma visão democrática, como também a atuação de toda comunidade no Conselho de Escolar. Desta forma, conclui-se que a parceria entre escola e família compõe um dos pilares de uma gestão eficiente, trazendo inúmeras vantagens para a promoção da melhoria na qualidade do ensino e nas relações entre pais, professores e alunos.

Palavras-chave: Educação Básica; Gestão Escolar Participativa; Conselho Escolar.

Abstract: This article aims to analyze the importance of family participation in the process of making administrative and pedagogical decisions in the educational context. It also analyzes which actions stimulate this participation in order to build a democratic management proposal. The research was based on the bibliographical review, of the integrative type, presenting in a systemic way the results about this theme. The literature reviewed pointed out that popular involvement in decision-making issues is related to lesser or greater access to school education and other cultural assets; the mobilization of the family in the school environment is an essential factor for the exercise of citizenship. As a strategy for strengthening social integration in the school environment, it is necessary for parents to participate in the elaboration of a political-pedagogical plan coherent with a democratic vision, as well as the action of every community in the School Council. In this way, it is

concluded that the partnership between school and family is one of the pillars of efficient management, bringing innumerable advantages to promote improvement in the quality of teaching and in the relationships between parents, teachers and students.

Página | 58 **Key words:** Basic Education; Participative School Management; School Council.

1. Introdução

O princípio da democracia imerso na legislação brasileira, fruto da redemocratização do Estado, viabilizou que a escola pudesse contar com mais espaços para a participação dos membros da comunidade escolar. A partir disso, refletir como a participação da família pode melhorar a qualidade da gestão da escola torna-se um elemento importante.

Escola e família são instituições que exercem papéis significativos na vida do educando, de modo que só podemos pensar em sucesso educativo, se pensarmos no estabelecimento de uma cultura de parceria construtiva. Nesse sentido, devem se estabelecer todos os esforços necessários para a concretização da participação da família na gestão escolar, visto que ela traz inúmeras vantagens para a promoção da melhoria da qualidade do ensino, pois essa participação deve ser entendida como uma questão política que auxilia na construção da cidadania.

A gestão democrática na escola traz em si muitas dúvidas sobre como fazer com que todos os envolvidos no processo participem da tomada de decisões e não somente da execução. A democracia se expressa como valor e como processo. “Uma sociedade não é democrática pela simples afirmação de valores, mas também e sobretudo, pela construção e prática cotidiana dos mesmos, ou seja, pelos processos que os instauram e reafirmam”. (VIEIRA, 2002, p.49)

A implantação de uma gestão escolar participativa e democrática é hoje uma exigência da sociedade, que a entende como um dos caminhos para a construção de uma boa escola, que integre todos os envolvidos em uma sociedade mais justa e democrática. É ao que nos remete Luck ao afirmar:

“(...) a abordagem participativa na gestão escolar demanda maior envolvimento de todos os interessados no processo decisório da escola, mobilizando-os, da mesma forma, na realização das múltiplas ações de gestão. Esta abordagem amplia, ao mesmo tempo, o acervo de habilidades e de experiências, que podem ser aplicadas na gestão das escolas, enriquecendo-as e aprimorando-as.” (LUCK, 2009a, p.16)

A mobilização da família, para dentro dos muros da escola, tem fundamental importância para o exercício da conquista de direitos e justiça social. O impacto dessa participação na gestão escolar tem sido objeto de reflexão e estudo, pois novos desafios e

exigências têm sido apresentados às escolas, cujo objetivo principal deverá ser sempre a efetiva aprendizagem dos alunos.

Assim, o problema de pesquisa desse trabalho é ao analisar a participação da família na gestão escolar, investigar quais ações poderiam estimular essa participação.

Página | 59

A importância das relações que se estabelecem entre a família e a escola e os benefícios potenciais de uma boa integração entre esses dois contextos, para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do aluno, são temas em que há consensos entre professores, psicólogos e demais profissionais da educação. Para que isto ocorra, é preciso adaptar diferentes estratégias e formas de implementar essa relação, considerando o contexto cultural, isto é, as crenças, os valores e as peculiaridades dos ambientes sociais (MARQUES et al., 1996).

Baseando-se nos estudos sobre o tema que envolve a participação da família na gestão escolar, Marques et al. (1996) discutiram constantemente com a equipe da escola de educação infantil localizada na zona norte de São Paulo, sobre quais ações poderiam estimular a participação dessas famílias na gestão, objetivando a criação de uma cultura escolar que acentue a aproximação e a criação de espaços e tempos para o diálogo e o intercâmbio com as famílias.

A elaboração deste trabalho consistiu na reflexão sobre a participação da família na gestão escolar, baseado na revisão bibliográfica (GIL, 2007), do tipo revisão integrativa de literatura, que permite reunir e sintetizar resultados de pesquisa sobre esse tema de maneira sistemática e ordenada, pois de acordo com Andrade (2001), a pesquisa é o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento, através de procedimentos sistemáticos, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas, mediante o emprego de métodos científicos.

Nesse sentido, realizou-se levantamento das fontes teóricas para embasamento, seguido da análise crítica e discussão das considerações de cada autor, permitindo a elaboração das considerações sobre a participação da família na gestão escolar.

2. Desenvolvimento

De acordo com Luck (2009), o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

A gestão democrática da escola exige, segundo Gadotti (1994, p2):

“Uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos,

professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.”

A proposta de gestão democrática foi estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, que prevê: VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

Página | 60

No artigo 14 da LDB 9394/96 encontramos os princípios norteadores para a gestão da escola pública:

“Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público da educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

A qualidade da participação popular nos processos decisórios existentes na sociedade civil está diretamente relacionada ao menor ou maior acesso à educação escolar e a outros bens culturais e nesse sentido Libâneo (2004) afirma que no campo político, ressalta-se a diminuição da crença na ação pública na solução dos problemas, descrença nas formas convencionais de representação política, aumento do individualismo, da insensibilidade social. Tais características levam a novas formas de fazer política, destacando novos movimentos sociais, novas formas de organização, que mostram novos caminhos de controle público sobre o Estado. Esses fatos lançam novas perspectivas sobre o sentido da formação da cidadania, uma vez que se faz necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre os vários grupos sociais, para a diversidade cultural, para os valores e direitos humanos.

O estudo sobre a família em um país tão extenso e diversificado como o Brasil um desafio a ser enfrentado, conforme apontam vários estudiosos (SÂMARA, 1992; CERNEVY&BERTHOUD, 1997; BIASOLI-ALVES, 2000). No ambiente familiar é onde se estabelece a socialização, local onde se exercita a cidadania e aonde se dá o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, afetada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital, como pelas políticas econômicas e sociais (CARTER & MCGOLDRICK, 1995; FERRARI & KALOUSTIAN, 2004). Ela é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos (DESSEN & BRAZ, 2005). Segundo Minuchin (1985), a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às transformações da sociedade, em

busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. Com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, a sociedade está sendo obrigada a reorganizar regras básicas para amparar a nova ordem familiar. Com base na amplitude das modificações sociais, econômicas, políticas e culturais, Petzold (1996) propõe um conceito de família definida como “um grupo social especial, caracterizado por intimidade e por relações intergeracionais” (p.39), conceito que consegue explorar inúmeras variáveis.

A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano, já a educação e a escola têm uma relação estreita (OLIVEIRA & MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 100), apesar de não configurar uma relação de dependência, pois há uma distinção entre a educação escolar e a educação que ocorre fora dela. De acordo com Guzzo (1990), o sentido etimológico da palavra educar significa promover, assegurar o desenvolvimento de capacidades físicas, intelectuais e morais, sendo que, de forma geral, tal tarefa tem sido de responsabilidade dos pais. A afirmação de que o processo educacional tem um grande significado para o desenvolvimento do ser humano, tanto no passado, como no mundo atual, é verdadeira. A educação traz ao homem avanços significativos, no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. Segundo Saviani (2005), a escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, tendo como função a socialização do conhecimento elaborado e da cultura erudita. A escola e a família podem ser consideradas agências socializadoras distintas (OLIVEIRA & MARINHO-ARAÚJO, 2010, que apresentam aspectos comuns e divergentes: compartilham a tarefa de preparar crianças e jovens para a vida socioeconômica e cultural, mas divergem nos objetivos que têm nas tarefas de ensinar.

Os pedagogos consideram que o processo educacional não habita somente nas escolas, pois ela não é a única responsável pela educação. A educação é muito mais do que ensinar e instruir representa em sentido amplo, tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e no sentido restrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades.

A educação deve, segundo Kant (*apud* Muniz, 2002) cultivar a moral, despertando para que o homem tome consciência de que ela deve estar presente em todas as ações da vida, em todo o seu desenvolvimento, em todo o ser, e por efeito, deitando raízes sobre o direito, que não subsiste sem a moral.

Para Freire (*apud* Zacharias, 2007), educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual, como na prática pedagógica. A concepção de educação de Paulo Freire percebe o homem como ser autônomo, com capacidade de transformar o mundo.

A parceria entre escola e família compõe um dos pilares de sustentação de uma gestão que se caracteriza como compartilhada ou democrática (BENTES et al., 2012).

Polônia e Dessen (2005), seguindo os estudos de Bhering e Siraj-Blatchford, indicam cinco tipos de envolvimento presentes na interação entre família e escola: obrigações essenciais dos pais (ações e atitudes da família ligadas ao desenvolvimento integral das crianças); obrigações essenciais da escola (estratégias adotadas evidenciar o progresso da criança); envolvimento dos pais em atividades de colaboração, na escola (pais trabalham com a equipe escolar para planejar reuniões e eventos); envolvimento dos pais em atividades que afetam a aprendizagem e o aproveitamento escolar (acompanhamento das lições) e envolvimento dos pais no projeto político pedagógico da escola (participação efetiva na tomada de decisões, metas e projetos da escola).

Em síntese, os pais devem participar ativamente da educação de seus filhos, tanto em casa quanto na escola, e devem envolver-se no universo escolar, seja na tomada de decisão, seja em atividades voluntárias. Cada escola, em conjunto com sua comunidade escolar, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de todos, a fim de tornar este convívio, um fator de crescimento que terá repercussão na qualidade da educação oferecida.

Sobre isso, Symanski, explica que “uma condição importante nas relações entre família e escola é a criação de um clima de respeito mútuo - favorecendo sentimentos de confiança e competência - tendo claramente delimitados os âmbitos de atuação de cada um”. (SYMANSKI, 2003, P.75)

Percebemos que ao gestor escolar, cabe um papel determinante na construção e efetivação do processo democrático na escola, e nesse sentido concordamos com Luck (2009, p.121):

“O grande desafio do diretor escolar constitui-se, portanto, em atuar de modo a conhecer os valores, mitos e crenças que orientem as ações das pessoas que atuam na escola e como se reforçam reciprocamente e, em que medida esses aspectos desassocia ou distanciam dos objetivos, princípios e diretrizes educacionais. E ainda, em compreender como sua própria postura interfere nesse processo, para então, atuar de modo a promover a superação do distanciamento porventura existente entre os valores vigentes e os objetivos educacionais.”

Um dos principais ativos da gestão democrática é a participação, e segundo comenta Paro (2001, p.16):

“A participação da comunidade na gestão da escola encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades.”

Para Juan Bordenave, (1985, p.16) a participação é antes de tudo, uma necessidade humana, assim como o sono e a alimentação. “A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar; fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo”.

Página | 63

De acordo com Dalmo Dallari “(..) a participação coletiva só se dá por meio da integração em qualquer grupo social” 1991, p.44)

Nesse sentido, a educação entra como ferramenta para a participação, pois “a qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas”. (BORDENAVE, 1985, p.72-73)

Para estimular e implementar a participação dos pais de modo a fortalecer uma nova cultura de participação, deve-se estabelecer, no projeto pedagógico da escola, estratégias diferenciadas, currículo integrado à realidade local e avaliação permanente. Nesse sentido a psicologia pode ajudar a implementar um projeto pedagógico que mexa com a disposição das condutas regulares, que incentive o resgate da cidadania e do saber-ser, da competência ampla que inclui a ética como elemento constituinte fundamental, junto com a técnica (PANCERI, 1997). Seguindo nessa direção, algumas escolas têm estabelecido com sucesso, parcerias com profissionais da saúde e outros, proporcionado às famílias reuniões de “formação para pais”, abordando assuntos que a própria família solicita ou que os profissionais da escola sugerem.

Segundo Santos (2001), através das práticas inspiradas numa construção dialogada, atentando-se às necessidades de emancipação, humanização e cidadania, pode-se alcançar uma participação cada vez mais efetiva dos atores sociais na escola.

Um dos espaços de abertura à democratização da escola pública é o Conselho Escolar, órgão definido na LDB 9394/96.

O conselho escolar é onde as diferentes esferas da escola podem se encontrar e debater assuntos inerentes ao cotidiano escolar. É um colegiado formado por pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo e operacional para gerir coletivamente a escola.

De acordo com Ciseski (2001, p.66):

“O conselho de escola pode ser espaço de construção do projeto de escola voltado aos interesses da comunidade. Através dele, a população poderá controlar a qualidade de um serviço prestado pelo Estado, definindo e acompanhando a educação que lhe é oferecida.”

Assim, segundo Piana, “quanto mais ativa e ampla for a participação dos membros do conselho na vida da escola, maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e de decisão coletivos” (PIANA, 2009, p.76). A instituição de coletivos nas escolas apresenta-se, segundo Romão (2001, p.29) como:

“Uma instância mediadora que é, ao mesmo tempo, um mecanismo de absorção das tensões e dos conflitos de interesses e um instrumento potencial de inovação e transformação na medida em que abre espaço para a explicitação daquelas tensões e conflitos represados, camuflados ou inibidos.”

Busca-se por meio dos conselhos a abertura de espaço para o exercício da cidadania, o aprendizado das relações sociais democráticas e a formação de cidadãos participativos na luta por uma escola flexível, aberta e sensível aos interesses da comunidade e que rompa com uma cultura autoritária, centralizadora e dominante.

Podemos citar também a Associação de Pais e Mestres (APM), como outro órgão de representação na gestão escolar, pois segundo Veiga (2001), deverá exercer a função de sustentadora jurídica das verbas públicas recebidas e aplicadas pela escola, colaborando, portanto no aprimoramento da educação.

A família, além de ser a primeira instância de proteção e do bem-estar da criança, é a principal mediadora dos modelos sociais e culturais. É na família que nascem valores, crenças e a socialização do indivíduo.

Assumir uma aproximação com as famílias de forma qualitativa sempre será uma importante tarefa dos gestores escolares, uma vez que o estabelecimento de uma cultura de parceria construtiva e de negociação democrática, das corresponsabilidades específicas sobre a educação e cuidados das crianças e adolescentes, traz inúmeras vantagens para a promoção da melhoria da qualidade do ensino e das relações.

Os estudos e discussões em torno desse tema têm sido bastante incisivos no sentido de evidenciar os benefícios dessa participação. Içami Tiba (1996) destaca que a escola precisa alertar os pais sobre a importância de sua participação e que o interesse em acompanhar os estudos dos filhos é um dos principais estímulos para que eles estudem.

A família e a escola, segundo Polonia e Dessen (2005) emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social, e essa evolução se dará com maior facilidade à medida que exista uma parceria entre essas duas instituições na elaboração dos objetivos educacionais.

Por outro lado, os estudos de Marques (1996) sobre a participação das famílias no ambiente escolar mostram que os conflitos e limitações na participação desses sujeitos podem ser produto de sua imagem negativa ou de um sentimento de inadequação em relação à aprendizagem. Tais limitações também podem estar ligadas ao corpo docente, que por vezes ficam receosos de serem cobrados e fiscalizados pelos pais, ou consideram que os pais não têm a capacidade ou condições de auxiliarem os filhos.

Costa (2009) ressalta que existe um fato que muitas vezes causa estranheza para que haja uma efetiva participação dos sujeitos, que é a questão da equipe gestora aparentar perda de privilégios ao abrir espaço em sua gestão e a apreensão daqueles que não atuam

diretamente na escola (pais/comunidade), sentirem-se “incapazes” de discutirem e fazerem parte dos processos de tomada de decisões, por conta de sua falta de escolaridade; além dos condicionantes socioeconômicos e culturais que nutrem essa falta de participação. Nesse contexto de ampliação da participação da família na gestão escolar, as tensões e conflitos ficaram mais evidentes entre as duas instituições.

A organização escolar constitui-se num misto entre a cultura social, em nível macro, e a cultura local, da comunidade e das famílias dos estudantes. A diversidade de composições familiares, na atualidade, bem como os diferentes sistemas de valores, parece se refletir no espaço escolar, inclusive na gestão.

“No âmbito da escola propriamente dita, passa-se de uma concepção de administração do cotidiano das relações de ensino-aprendizagem para a noção de um todo mais amplo, multifacetado, relacionado não apenas a uma comunidade interna, constituída por professores, alunos e funcionários, mas que se articula com as famílias e a comunidade externa [...] o que está a ocorrer é o reconhecimento da escola enquanto instituição caracterizada por uma cultura própria, atravessada por relações de consenso e conflito, marcadas por resistências e contradições”. (VIEIRA, 2008, P.141).

Dessa forma, é importante acima de tudo, compreender como se dá a relação entre as instituições escola e família e como, sob a perspectiva da participação, essa relação deve ser reconstruída. A gestão escolar deve ser sujeito desse processo e o conselho de escola pode contribuir, dando maior espaço para a participação de todos os segmentos, propondo questões, discutindo temas de interesse, alavancando estratégias, firmando parcerias com as famílias e comunidade local, em prol da construção de um projeto político pedagógico que contemple os anseios de todos os envolvidos. Paro (2007) destaca que:

“É possível imaginar um tipo de relação entre pais e escola que não esteja fundada na exploração dos primeiros pela segunda. É possível imaginar um tipo de relação que não consista simplesmente de uma “ajuda” gratuita dos pais à escola. Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos, por outro lado, pode favorecer a educação escolar e, isso facto, reverter-se em benefício dos pais, na forma de melhoria da educação de seus filhos.”

Desenvolver uma cultura escolar de caráter democrático, portanto, participativo, tem como desafio constante a execução de um trabalho de sensibilização, paciência, articulação e afinamento das relações interpessoais. Destaca-se a postura do gestor escolar, que tem a responsabilidade de liderar, articular e coordenar as partes e não mais executar o trabalho sozinho e com ações isoladas.

Nesta perspectiva Luck (2005) enumera algumas ações que o gestor democrático deve consolidar para que a participação da família na gestão escolar se realize de maneira eficaz:

Criar uma nova visão de conjunto associada a uma ação de cooperação;

1. Promover um clima de confiança;
2. Valorizar as capacidades e aptidões dos participantes;
3. Associar esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços;
4. Estabelecer demanda de trabalho centrada nas ideias e não em pessoas;
5. Desenvolver a prática de assumir responsabilidade em conjunto.

Página | 66

3. Considerações finais

Estudos demonstram que no decorrer da história ocorreram grandes mudanças na sociedade e na educação. As crises econômicas, as ideologias filosóficas e as necessidades sociais de cada época, revelam mudanças na educação nacional para atender o desenvolvimento dos indivíduos no exercício da cidadania.

Percebemos que tivemos avanços significativos rumo ao processo de democratização da gestão escolar pública, partindo do autoritarismo e centralização, para a busca de parcerias e descentralização do poder, pois durante muito tempo a relação que se estabelecia entre família e escola estiveram predominantemente marcadas por situações-problemas que ocorriam no contexto escolar, apresentando caráter defensivo e acusativo; características essas que em nada contribuíam para a aproximação entre essas relevantes instituições.

Ao longo do tempo os estudos se voltaram para as relações estabelecidas entre escola e família, com foco na realização de uma gestão democrática na perspectiva da implantação de novas possibilidades de intervenção que promova mudanças significativas dessas relações em prol da garantia de melhor qualidade do ensino.

Percebe-se que para fomentar a participação dos pais estabelecendo um novo paradigma e o exercício pleno da cidadania, se faz necessário incluir, no projeto político pedagógico da escola, estratégias diferenciadas, currículo integrado à realidade local e avaliação permanente. Nesse sentido, algumas escolas têm estabelecido com sucesso, parcerias com profissionais da saúde e outros, proporcionando às famílias reuniões de “formação de pais”, abordando assuntos que a própria família solicita ou que os profissionais da escola sugerem. Adotando práticas como essas, inspiradas na construção dialogada, atentas às necessidades de humanização e cidadania, pode-se alcançar uma participação cada vez mais efetiva.

Ao longo dos anos de trabalho na gestão escolar, tenho comprovado que a introdução de uma prática gestora embasada na democracia e participação coletiva, não se mostra como tarefa fácil, uma vez que demanda a ruptura de antigos paradigmas e práticas

arraigadas no contexto educacional, porém só será possível qualificar a participação das famílias na gestão escolar com o uso crescente desse espaço, valorizando todas as formas de intervenções e promovendo alternativas viáveis para concretização desse objetivo.

Através das pesquisas e leituras realizadas, pode-se confirmar que a participação da família na gestão escolar traz muitas vantagens para a promoção da melhoria da qualidade do ensino e das relações. Contribui também, para o fortalecimento do trabalho do gestor público, que deve incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre alunos, educadores e a comunidade em geral, promovendo o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política, visando à construção de uma sociedade democrática.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. M. de. (2001). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

BENTES, C. R. A.; COLARES, M. L. I. S. ; SOARES, A. V. (2012). Família E Escola: Uma Proposta Para A Gestão Compartilhada. In: VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste. II Simpósio Gestão da Educação, Currículo e Inovação Pedagógica. Encontro Estadual de Política e Administração da Educação/PE, 2012, Recife. Cadernos ANPAE. Biblioteca Anpae - *Série Cadernos Anpae*, Recife 13(1) 1.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233-239. Recuperado em 20 de novembro de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf>

BORDENAVE, J.E.D. (1985). *O que é participação*. Coleção Primeiros Passos, 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988.

BRASIL (1996). *Lei 9394* de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Col.).(1995). As mudanças no ciclo de vida familiar - uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar* (pp. 7-29) (2.ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.

CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. (Cols.). (1997). *Família e ciclo vital - nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

CISESKI, Â.A. (2001). *Autonomia da escola: princípios e propostas* (4ª ed.). São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

COSTA, R. (2009). *A gestão educacional no cotidiano da escola*. Santarém.

DALLARI, D.A. (1991). *O que é participação política* (9ª ed.). Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense.

Página | 68

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. (2005). A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA Jr., Á. L. (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp.113-131). Porto Alegre: Artmed.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. (2004). In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo* (pp.5-11) (6ª. ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unicef.

GADOTTI, M. (1994). *Gestão democrática e qualidade do ensino*. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade total no ensino público. Minascentro, Belo Horizonte, Minas Gerais.

GIL, A.C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

GUZZO, R. S. L. (1990). A família e a educação: uma perspectiva da integração família-escola. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 134-139.

LIBÂNEO, J.C. (2004). *Organização e gestão escolar: teoria e prática* (5ªed.). Goiânia: Alternativa.

LUCK, H.et al. (2005). *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.

LUCK, H. (2009a). *A evolução da gestão educacional a partir da mudança pragmática*. Recuperado em 3 agosto 2015, de <http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf> .

MARQUES, R.; DAVIES, D.& SILVA, P. (1993). *Os professores e as famílias: Colaboração possível*.Lisboa: Livros Horizonte.

MARQUES, R. (1996). *O envolvimento das famílias no processo educativo: resultados de um estudo em cinco países*. Conferência apresentada no 1º Congresso Educação Hoje, em Lisboa, 24 e 25 de Maio de 1996. Recuperado em 5 agosto 2015, de <http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm>.

MARTINS, R.M.S.F. (2004). *Direito à Educação: aspectos legais e constitucionais*.Rio de Janeiro: Letra Legal.

MEDEIROS, D.; ALMEIDA, F. (n.d.). A família na gestão da escola: uma proposta de parceria para os problemas de aprendizagem. Recuperado em 5 agosto 2015, de

http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_humanas/01_ALMEIDA_M EDEIROS.pdf .

MINUCHIN, P. (1985). Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.

Página | 69

MUNIZ, R.M.F. (2002). *O direito à educação*. Rio de Janeiro: Renovar.

OLIVEIRA, C.B.E., & MARINHO-ARAÚJO, C.M. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 27(1), 99-108. Recuperado em 7 agosto 2015, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100012.

PANCERI, R. (1997). Instituição assistencial e cidadania. *Veritas*, 42(2), 205-216.

PARO, V.H. (2001). *Gestão democrática da educação pública* (3ªed.). São Paulo: Editora Ática.

PARO, V.H. (2007). *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais* (3ªed.). São Paulo: Xamã.

PETZOLD, M. (1996). The psychological definition of “the family”. In: CUSINATO, M. (Org. *Research Family: Resources and needs across the world*.(pp. 25-44). Milão: LED- Edizioni Universitarie.

PIANA, M.C. (2009). *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.

PIRES, D.; RODRIGUES, L. (n.d.). *História da Administração Educacional no Brasil: Da colônia à República Velha*. Recuperado em 3 agosto 2015, de <http://www.webartigos.com/articles/11234/1/historia-da-administracao-educacional-no-brasil-da-colonia-a-republica-velha/pagina1.html> .

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A. (2005). *Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Relações família-escola*. Recuperado em 5 agosto 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>.

ROMÃO, J.E. (2001). *Autonomia da escola: princípios e propostas* (4ª ed.). São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

SAMARA, E. de M. (1992). *Novas imagens da família “à brasileira”*. *Psicologia USP*, São Paulo, 3, 59-66.

SANTOS, B. S. (2001). Palestra proferida durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no auditório da Faculdade de Direito da UFRGS.

SANTOS, C.S.C. (2011). *Gestão da escola pública: desafio para a consolidação de uma educação democrática e participativa*. Três Rios-RJ. Recuperado em 15 agosto 2015,

de

http://www.posgraduacaoredentor.com.br/hidden/path_img/conteudo_542b0f0f91e35.pdf.

SAVIANI, D. (2005). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados.

Página | 70

TIBA, I.H. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente.

VEIGA, Z.P.A. (2001). *As instâncias colegiadas da escola. Escola: Espaços do projeto político pedagógico* (4ªed.). Campinas, São Paulo: Editora Papirus.

VIEIRA, S.L. (2002). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A.

VIEIRA, S.L. (2008). *Escola - função social, gestão e política educacional*. São Paulo: Cortez.

ZACHARIAS, V.L.C. (2007). *Paulo Freire e a educação*. Centro de Referência Educacional.

Recebido em janeiro de 2016

Aprovado em março de 2016